

Ata Número Dezoito

Aos dez dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte, pelas dezasseis horas e quinze minutos, reuniu ordinariamente, no Parque Municipal de Exposições da Lousã, nos termos do nº 3 do artigo 3 da Lei nº 1 – A/2020 de 19 de março, a Assembleia Municipal, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS:** -----

- 1 - Apreciação de uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal bem como da situação financeira; -----
- 2 - Apreciação e votação da Autorização prévia para a assunção de encargos plurianuais – Empreitada de Requalificação da Escola Secundária da Lousã; -----
- 3 - Apreciação e votação da Autorização prévia para a assunção de encargos plurianuais – Empreitada de Reparações Rodoviárias em Arruamentos do Concelho; -----
- 4 - Apreciação e votação da não-aceitação das transferências de competências em matéria de Educação no ano 2021; -----
- 5 - Apreciação e votação da não-aceitação das transferências de competências em matéria de Saúde no ano 2021; -----
- 6 - Apreciação e votação da transferência de competências para os órgãos intermunicipais da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra no domínio da Ação Social; -----
- 7 - Apreciação e votação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano 2021; -----
- 8 - Apreciação e votação da atribuição de apoio financeiro às freguesias do concelho; -----
- 9 - Apreciação e votação das opções do plano e orçamento para o ano económico de 2021; -----
- 10 - Apreciação e votação do mapa de pessoal dos serviços municipais para o ano 2021; -----
- 11 - Apreciação e votação do Regulamento dos Cargos de Direção Intermédia de 3º grau do Município da Lousã; -----
- 12 - Apreciação e votação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis a cobrar no ano 2021; -----



13 - Apreciação e votação da taxa de participação Variável no IRS a vigorar no ano 2021; -----

14 - Apreciação e votação do lançamento de uma derrama a cobrar no ano 2021; -----

15 - Apreciação e votação do Regulamento de atribuição de Benefícios Fiscais do Município da Lousã;-----

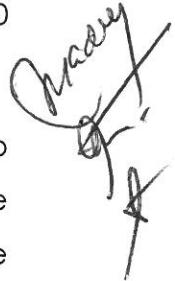
16 - Apreciação e votação do Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento no Município da Lousã;-----

17 - Apreciação e votação da alteração do Regulamento Municipal de Taxas e Compensações Urbanísticas; -----

18 - Apreciação e votação do Regulamento das Taxas e Preços Municipais; -----

O Senhor Presidente da Mesa em Regime de Substituição deu início à sessão ordinária saudando a todos os presentes. Desejou que os trabalhos decorressem com a normalidade possível e que os intervenientes fossem o mais objetivos e sucintos possíveis, atendendo às excepcionais medidas de distanciamento e restrições a que continuam sujeitos pela pandemia da COVID-19, razão pela qual a sessão foi marca naquele espaço, a fim de proporcionar a necessária segurança e distanciamento.-----

Feita a chamada, verificou-se a ausência de Carlos Seco que justificou a falta e foi legalmente substituído por Paulo Simões, Isabel Seco que justificou a falta e foi legalmente substituída por Marco Aurélio Sequeira, João Pedro Melo que justificou a falta e foi legalmente substituído por Ana Filipa Marques, Joaquim Seco que justificou a falta e foi legalmente substituído por Vítor Rui Brás Dias que justificou a falta e foi legalmente substituído por Ricardo Bandeira Jorge que justificou a falta e foi legalmente substituído por Maria Inês Lopes que justificou a falta e foi legalmente substituída por António Nogueira Bandeira, Raquel Marta Simões que justificou a falta e foi legalmente substituída por Ana Araújo que justificou a falta e foi legalmente substituída por Milton Serra, António José Rodrigues que justificou a falta e foi legalmente substituído por Joana Raquel Barata que justificou a falta e foi legalmente substituída por Inês Sofia Adelino que justificou a falta e foi legalmente substituída por Ruben



Alcoforado, Renato Ferreira que justificou a falta e foi legalmente substituído por Pedro Tiago Dias e Dilene Gonçalves que justificou a falta e foi legalmente substituída por Marco Bruno Antunes que justificou a falta e foi legalmente substituído por Ana Filipa Vidal que justificou a falta e foi legalmente substituída por José Fernandes Moreira, do PS. Nuno Marques que justificou a falta e foi legalmente substituído por Sérgio Pedroso, que justificou a falta e foi legalmente substituído por Maria do Rosário Agostinho que justificou a falta e foi legalmente substituída por Mariana Carvalho que justificou a falta e foi legalmente substituída por Elsa Clara Lopes, Maria Carolina Henriques que justificou a falta e foi legalmente substituída por Joana Margarida Santos que justificou a falta e foi legalmente substituída por Luís Lourenço Marques que justificou a falta e foi legalmente substituído por António Agostinho Carvalho do PSD e Carlos Honório que justificou a falta e foi legalmente substituído por Aires Ventura, do BE.

O Senhor Presidente da Mesa em Regime de Substituição participou ao plenário de que o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, Carlos Seco, por razões inadiáveis de ordem particular informou que não poderia estar presente, pelo que justificadamente solicitou substituição, motivo pelo qual, assumiria as funções de **Presidente da Mesa em Regime de substituição** o 1º Secretario, Mária Alves Maduro, a 2ª Secretária, Aldina Martins, passaria a exercer funções de 1ª Secretária e convidou Ana Filipa Marques para a Mesa, a fim de ocupar o lugar de 2ª Secretária.

Seguidamente, foi colocado à votação o projeto de ata número dezassete, referente à sessão ordinária realizada no dia vinte e quatro de setembro do ano de dois mil e vinte, tendo sido aprovada por maioria com 12 (doze) votos a favor do PS, CDU e BE e (3) abstenções do PSD, nos termos do nº 3 do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo, quando estavam presentes na sala 18 (dezoito) elementos.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

Inscrições: Helena Quaresma.



Helena Quaresma, representante do MEC – Movimento Espontâneo de Cidadãos da Lousã, veio dizer que na sequência da não-aceitação da petição entregue em maio passado e subscrita por mais de mil assinaturas e pelo facto de não ter ficado satisfeito com a justificação apresentada, solicitou à Assembleia da República um parecer sobre a questão. Atendendo às orientações recebidas da Assembleia da República e à informação sobre a total legitimidade e legalidade da petição, informou que entregou hoje mesmo, novamente, na Câmara Municipal, a Petição Pública a favor da saída do Município da Lousã da empresa APIN, com mais de mil e duzentas assinaturas, dado ter recebido pedidos insistentes para manter a petição ativa. Deu nota que teve uma reunião com o **Senhor Presidente da Câmara** em agosto deste ano e que este referiu existirem razões baseadas em estudos que justificam a política de abandono por parte do município, das captações das nascentes e da gestão da água da Serra da Lousã no seu todo. Afirmou que o **Senhor Presidente da Câmara** se comprometeu a remeter ao MEC os estudos, mas, face à ausência de resposta e da disponibilização de tais estudos, enviou, em novembro, nova solicitação. Adiantou que hoje recebeu uma informação do Gabinete de Apoio ao Presidente, acusando a receção do pedido apresentado em novembro e informando que foram dadas indicações aos serviços para reunir a informação existente, o que agradece. Solicitou, ainda, ao **Senhor Presidente da Câmara** o acesso à cópia de todos os contratos celebrados pelo Município da Lousã e a empresa APIN sobre o conjunto de infraestruturas, instalações e outros bens do município do âmbito das cláusulas do Contrato da Gestão Delegada. Questionou ainda o seguinte, citando: “*quais as razões apontadas para o abandono por parte do município das captações das nascentes e da gestão da água da Serra da Lousã; acumulando o Senhor Presidente da Câmara o cargo de Presidente da APIN qual a razão da atribuição dos serviços de cobrança nos CTT e do ponto de Atendimento ao Cliente numa papelaria local, tirando partido da experiência de trabalhadores nestas áreas. Não teria sido uma opção mais lógico a Câmara Municipal assumir esses serviços da mesma forma como decidiu continuar a assumir os custos das obras de substituição de tubagens em mais de dez ruas do centro da Lousã que deveriam estar a ser suportadas e dirigidas pela APIN?*” Dirigindo-se a todos os representantes com assento na



assembleia endereçou a questão, cintando: "Atendendo à subida excessiva dos preços espelhada nas faturas da água tendo em conta as taxas indevidas cobradas, os problemas com o esvaziamento de fossas e taxas associadas e a uma perda evidente da qualidade global do serviço praticado que tantastrangimentos tem causado aos municípios e perante previsível escalada de preços para fazer face ao aumento de compromissos assumidos com pessoal e meios, qual a vossa atual posição sobre a entrega à empresa APIN da gestão da água, saneamento básico e resíduos sólidos. Sois a favor desta empresa privada que veio substituir os serviços municipais das águas?" -----

O Senhor Presidente da Mesa em Regime de Substituição informou a assembleia que o cidadão António Paulo Xavier Magro também estava inscrito para este período, mas não se encontrava presente. -----

Seguidamente, passou a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que em resposta, começou por cumprimentar a todos os presentes endereçando Boas Festas em segurança a todos e um ano dois mil e vinte e um, com saúde e energia para enfrentar os desafios conjunturais e estruturais, individuais e coletivos. Sobre a intervenção da munícipe, informou que, nos termos do Código do Procedimento Administrativo será prestado o devido cumprimento das regras e prestadas as informações. Relativamente às captações de água da Serra da Lousã, afirmou que é um assunto, reiteradamente, abordado na perspetiva de induzir em erro as pessoas porque da forma como se expressam, parece que foi feito agora o abandono do recurso à água da serra, quando o Concelho da Lousã, já não era na sua esmagadora maioria abastecido a partir de captações da Serra da Lousã há vários anos, devido à insuficiência dos recursos hídricos existentes para abastecimento do universo de municíipes no concelho. Recordou que na última sessão desta assembleia teve oportunidade de prestar estes mesmos esclarecimentos. Reiterou a informação de que a população era servida pelo Rio Ceira mas que por insuficiência de água, a partir da primavera/verão, há já vários anos, passou a ser abastecida pelo Rio Mondego e o abastecimento pela serra era usado só pontualmente e circunscrito a um pequeno universo de consumidores. Apelou para que, de uma vez por todas, não se utilizem argumentos que não têm qualquer



fundamento. Sobre os serviços de atendimento, recordou que a este assunto, também, já foi prestada informação. Em relação aos CTT, deu nota que foi a entidade encontrada com presença em todo o território da APIN e que permitia essa proximidade entretanto veio-se a verificar que não correu tão bem como o expectável. Essa situação foi reportada à empresa que fez a avaliação das várias possibilidades e decidiu implementar como experiência piloto um balcão de atendimento no Município da Lousã que serve todos os municípios e foi aqui instalado por ser considerado o município com maior proximidade e poder corresponder a um universo mais alargado de clientes. Realçou que este balcão de atendimento não gerou custos adicionais para a APIN e os trabalhadores que ali prestam serviço são da empresa, apenas foram deslocados do Concelho de Penela para o Concelho da Lousã. Sublinhou, ainda, que o acordo que a APIN fez com o estabelecimento comercial não representa custos para a empresa. Relativamente à possibilidade deste serviço vir a ser prestado em cada um dos municípios, disse que é uma situação que a partir do próximo ano, em cada um dos municípios, poderá acontecer, nomeadamente, nos Balcões do Cidadão ou nas Lojas do Cidadão que os municípios disponham e que já tenham protocolos celebrados com outros serviços e entidades e façam o mesmo em relação à APIN. Sobre os investimentos que estão a ser realizados na Lousã no âmbito da Regeneração Urbana confirmou que têm uma componente de infraestruturas importantes, em termos de renovação ou criação de novas. Esclareceu que foi o Município da Lousã que apresentou as candidaturas, assim e enquanto entidade gestora e beneficiária tinha que ser da sua responsabilidade e execução. Existirão outros investimentos a realizar no Concelho da Lousã, através da APIN, no âmbito de candidaturas que aquela empresa apresentou e que terão como objetivo a renovação estrutural de infraestruturas, no combate às perdas existentes nas redes do Concelho da Lousã e nos outros concelhos, sendo uma das razões para que os municípios tenham decidido agregar-se nesta entidade a fim de poderem beneficiar de fundos comunitários.

O Senhor Presidente da Mesa em Regime de Substituição disse que, nos termos da alínea d) do artigo 19º do Regimento da Assembleia Municipal, a **Mesa**

recebeu uma Proposta do PSD, solicitando à proponente para fazer a sua leitura e defesa.

Ana Paula Sançana cumprimentou a todos e apresentou a PROPOSTA do seguinte teor: "PROPOSTA PRORROGAÇÃO DO TARIFÁRIO COVID19 APROVADO NO ÂMBITO DA APIN. Portugal registou o primeiro caso confirmado de COVID-19 a 2 de março de 2020. O aparecimento tardio do vírus em Portugal, permitiu que as autoridades ganhassem tempo para reagir. No entanto, face aos desenvolvimentos e à ausência de cura ou de vacina, o COVID19 tomou proporções que afetaram, de uma forma que ainda é difícil quantificar, as famílias e as empresas portuguesas. A situação provocada pela pandemia do Covid-19, desencadeou um conjunto de efeitos macro e micro económicos em todo o tecido empresarial português, no qual, a Lousã não será, infelizmente, exceção. As consequências económicas e sociais desta crise não são iguais para todos, há uma profunda desigualdade socioeconómica e também territorial perante o risco dos efeitos da pandemia. O Grupo Municipal do PSD pretende com esta proposta, propor um alívio, e apoio às famílias, empresas e instituições do concelho, através da redução no valor global das faturas da água. Considerações: Considerando que no âmbito da APIN, empresa que gere o serviço de fornecimento de água, saneamento e recolha de resíduos – foi decidido aplicar uma redução no valor global das faturas relativas aos meses de fevereiro, março e abril; Considerando que em relação aos utilizadores domésticos – com consumo até 15 m³ – foi aplicado o tarifário social, e em relação ao comércio e empresas foi aplicada uma redução equivalente a desconto de 80% do valor global da fatura; Considerando que, em ambos os casos, a diferença entre o valor faturado pela APIN e o valor pago pelos consumidores após o desconto, será suportado pelo Orçamento Municipal, consideramos da extrema importância trazer esta proposta de prorrogação a esta Assembleia Municipal, constituindo esta uma forma de apoio às famílias, empresas e instituições do Concelho. Assim, propomos a prorrogação da aplicação dos tarifários reduzidos, nos pressupostos anteriormente enunciados, com efeito desde maio 2020 até dezembro de 2020. Lousã, em sete de dezembro de dois mil e vinte. O Grupo Municipal do PSD." Documento integralmente transcrito anexo a este livro de atas, sob o (nº 1 (um)). Acrescentou ainda que, se na altura em que o



Município da Lousã aplicou o tarifário social fez sentido, agora ainda faz mais, porque o problema das famílias, neste momento, agudizou mais. Sugeriu que a proposta seja aprovada com efeitos retroativos desde maio de dois mil e vinte tendo como base os pressupostos da proposta inicial e que foi levada a cabo, que tinha a ver com o alívio das famílias e as dificuldades que estávamos a atravessar face à pandemia e agora, até a economia recuperar. Neste momento o embate está a ser maior porque o "balão de oxigénio" que algumas famílias tinham está a esgotar-se.

Inscrições: Joel Fernandes.

Joel Fernandes cumprimentou a todos e desejou as Boas Festas por ser a última sessão desta assembleia neste ano de dois mil e vinte. Em relação à proposta apresentada pelo PSD, disse que o Grupo Municipal do PS considerou que, citando: "sabemos que a medida que foi aplicada nos três meses referidos foi uma medida pontual e uma medida específica de uma resposta rápida a uma situação nova que o mundo inteiro e a Lousã, também, estava a viver e para a qual foram procuradas situações pontuais e de emergência. Sabemos também quanto é que essa medida significava para o orçamento municipal, á volta de cento e cinquenta mil euros por mês. Do que eu entendo da Proposta do PSD, significava agora desde maio até dezembro, oito meses a cento e cinquenta mil euros por mês, ou seja, cerca de um milhão e duzentos mil euros do orçamento municipal... o orçamento municipal não teria condições para suportar este encargo, além disso, e como na própria proposta do PSD diz e bem, as consequências económicas e sociais desta crise não são iguais para todos...um dos encargos da autarquia é prestar apoio a quem não consegue suportar os encargos desta pandemia, não apenas nas águas, saneamento e resíduos, mas, também, em outras questões, por isso mesmo, o PS como considera que esta proposta não tem condições para ser suportada pelo orçamento do município, porque considera, também, que muitos dos recursos que seriam usados nesta proposta poderiam fazer falta para outro tipo de apoio e também porque considera que se deve apoiar, efetivamente, quem precisa e assim podiam ser deslocalizados recursos que não seriam úteis e que seriam mais úteis em outros tipos de apoios, o PS Lousã vai votar contra recomendando, no entanto, ao Executivo Municipal a aplicação de medidas que, efetivamente, discriminem,

*mais
of*

positivamente, aqueles que mais necessitam de ajuda e que possa equacionar medidas, nesta área ou em outra que venham a permitir aplacar as consequências nefastas da pandemia a quem mais precisa." -----

O Senhor Presidente da Câmara, relativamente a esta proposta começou por dizer que a achava "estranya e curiosa", não apenas pelo *timing* em que é apresentada, como, também, pelo facto de ser a mesma força política que traz esta proposta, que embora não tivesse sido contra, levantou algumas questões pela medida que os vários municípios tinham tomado na Assembleia Geral da APIN, nomeadamente, pelo facto de serem os municípios a pagarem os três meses de fevereiro, março e abril de tarifário social, vindo solicitar agora o prolongamento do tarifário social pelo período de oito meses. Informou que a medida tomada pelos municípios e a APIN foi absolutamente extraordinária, tratando-se de um apoio com racionalidade pela novidade da situação que a pandemia gerou e, recordou que já há municípios notificados por entidades oficiais, nomeadamente, a ERSAR e o Ministério do Ambiente por reiterarem as regras para estas situações. Sublinhou que não se podem dar descontos indiscriminados, têm que ser devidamente fundamentados e com necessidade comprovada. Esclareceu que as famílias ou empresas que comprovem que houve perda de rendimentos ou da sua faturação estão devidamente salvaguardadas. Sensibilizou para a compreensão e necessidade do facto de não se tornar o preço de um bem tão importante e finito como é a água vulgarizando-o e, desta forma, quebrar a racionalidade que deve existir no consumo. Aconteceu em alguns consumidores que, atendendo ao facto de terem tido três meses com o preço de água bastante barata, depois habituaram-se a esse preço e desregularam o seu consumo e quando o tarifário voltou ao normal, no mês de maio, e sem qualquer desconto, foi notório o aumento de consumo com reflexo no valor da fatura porque continuaram a gastar o mesmo e, por isso, tiveram um acréscimo muito maior na sua faturação e não apenas o proporcional ao seu normal tarifário. Realçou de que o tarifário social da APIN era mais favorável e com maior expressão para as famílias em todos os concelhos, até mesmo no Concelho da Lousã, do que na maioria dos concelhos sem a APIN. Informou que existem 1599 clientes/municíipes com tarifa social no Concelho da Lousã, num total de 10 510 clientes, dos quais 9 292 são consumidores domésticos, o

que corresponde a 15,21%, num universo de 17,02% consumidores no Concelho da Lousã que têm tarifa social, significando que têm tarifas reduzidas e pagam o valor adequado à sua situação económica ou social. O Município da Lousã suporta duzentos e vinte e cinco mil euros, por ano, de apoio social com o consumo da água e este é o apoio real a quem de facto necessita, e está devidamente documentado e comprovado pelas entidades oficiais e em vigor desde outubro, a quem a Câmara Municipal dará este suporte a estas famílias e para o ano de dois mil e vinte e um, há uma despesa expectável de, no mínimo, duzentos e vinte e cinco mil euros de apoio às pessoas e famílias do Concelho da Lousã.

Ana Paula Sançana pediu a palavra ao **Senhor Presidente da Mesa** para em sua defesa responder o seguinte, citando: "lamento o facto do **Senhor Presidente** intitular a proposta do PSD como uma "proposta irresponsável", disse-o com certo sarcasmo e ironia... a proposta que nós trouxemos aqui, como é lógico, não era para entrar neste orçamento que está findo, é estar a chamar o quê às pessoas que estão aqui? No nosso caso? O ano já acabou, seria com efeitos retroativos mas para ser diluído nos próximos meses, como é lógico. Devo dizer que, mais uma coisa que nós estamos de acordo, o **Senhor Presidente** está muito distraído ou então precisa de ir ler as atas, porque o que o PSD na altura, quando foi esta proposta disse é que não achava correto que o Município da Lousã estivesse a pagar a água com o lucro devido à APIN, devia pagar o preço de custo, porque a APIN não tem que estar a ter lucros sobre uma situação extemporânea. Nós não dissemos que éramos contra o município pagar e também referimos que, também, não achávamos bem, que deviam ser tomadas medidas nesse sentido o facto de ter passado com IVA a 23%, foi isso que nós falamos relativamente aos custos com a água. Agora, vir aqui estar a deturpar aquilo que foi a posição do PSD relativamente a esta situação, estar a extrapolar-a para esta situação... **Senhor Presidente**, que possa dizer assim: olhe, realmente poderia ser importante ou não, isso já é uma questão política, não temos verba, agora não precisa de estar aqui a pôr em causa e em cheque a proposta do PSD. Nós somos responsáveis e estamos a assumir uma responsabilidade e votámos favoravelmente à APIN, a nossa perspetiva era uma e agora é outra, aonde é que está a responsabilidade nisto? Aonde é que está a responsabilidade de tudo o que não correu bem

até agora? Nós, não temos, também, a responsabilidade de propor uma alternativa?... podem-me dizer que há famílias que precisam mais do que outras... estamos dispostos a discutir isso, agora, determinantemente, chegar aqui e dizer não porque não, somos irresponsáveis, eu não aceito que sejamos irresponsáveis e muito menos que seja tida como uma proposta irresponsável, porque não somos."

Colocada à votação a proposta do PSD sobre a PRORROGAÇÃO DO TARIFÁRIO COVID19 APROVADO NO ÂMBITO DA APIN, foi rejeitada com 6 (seis) votos, a favor do PSD e BE e 18 (dezoito) votos contra do PS e da CDU, quando estavam presentes na sala vinte e quatro elementos.

Maria Conceição Loureiro apresentou cumprimentos a todos e fez uma Declaração de Voto, entendendo-a justa e pretendendo fundamentar o sentido de voto da CDU que vota contra esta proposta porque está de acordo com a intervenção de **Joel Fernandes**, em virtude de nem todas as pessoas estarem com problemas financeiros porque, felizmente, nem todos perderam o seu emprego. Acresce ainda que a Câmara Municipal tem o seu plano de sustentabilidade de acordo com as necessidades das famílias carenciadas ou em situação financeira deficitária e deve ter em conta para além da taxa social, todas as pessoas do concelho que perderam o emprego e que não conseguem pagar, agora, nestes meses, a água. Concluiu dizendo que a CDU vai estar atenta a esta situação. (Documento anexo a este livro de atas, nº 2 (dois)).

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

Inscrições: João Duarte, Maria Conceição Loureiro, Pedro Santos, António José Gonçalves, João Pereira, Elsa Clara Lopes, Margarida Correia, Paulo Simões, Ana Paula Sançana, Joel Fernandes e Milton Serra.

João Duarte cumprimentou a todos e interveio começando por dizer que o **Senhor Presidente da Câmara** na sua intervenção fala na política social para a Lousã e em ajudar os mais necessitados e, por vezes, faz o inverso e "há coisas que não se compreendem". Apelou a mais calma e a olhar para as coisas e, disse: "dialogar faz parte". Em seguida, referindo-se ao início da hora e dia da


f

semana para a realização da sessão, referiu que será um dos motivos pelos quais não há muito público para assistir, não apenas pelos membros da Assembleia Municipal com empregos liberais e outros que têm funções que respondem só por si, mas na generalidade, esta hora limita a participação.-----

O Senhor Presidente da Mesa em Regime de Substituição esclareceu que esta assembleia foi marcada para as dezasseis horas, porque a Ordem de Trabalhos é extensa, não sendo antecipadamente previsível o seu término e está decretado o recolher obrigatório às vinte e três horas.-----

Maria Conceição Loureiro interveio para sensibilizar e apelar para melhor atenção relativamente à recolha e acolhimento dos animais porque visitou, recentemente, o canil e deparou-se com uma situação pouco digna da Lousã. Solicitou que fosse remediada uma solução de melhoria de condições enquanto não estiver resolvida definitivamente. Questionou o ponto de situação da conclusão da obra do Centro de Recolha Animal, uma vez que se aproxima um inverno rigoroso. Por outro lado, disse que não se pode afirmar que a Lousã está com dejetos de animais porque pode verificar, igualmente, que não se vêm animais vadios pelas ruas.-----

Pedro Santos começou por endereçar votos de Boas Festas a todos com condicionamentos e restrições mas com saúde e segurança. Afirmou que enquanto profissional de saúde tem acompanhado na primeira linha o combate à Covid-19, reconhece a responsabilidade nesta luta ao nível das instituições e individualmente. Disse sentir-se agradado com a realidade da Lousã, mantendo-se fora dos dois patamares mais gravosos em termos de limitações. Realçou a preocupação e responsabilidade do Executivo Municipal com a transmissão da informação à população acerca da situação, bem como o acompanhamento que tem sido prestado às IPSS's e Comunidade Escolar do Concelho. Salientou o protocolo recentemente assinado com a ACM no sentido de proporcionar alojamento aos munícipes que tenham testado positivo ou estejam em isolamento profilático e que não reúnam as condições necessárias nas suas habitações para a necessária quarentena. Disse que são importantes estas medidas de apoio às famílias lousanenses, sobretudo neste momento em que os números de infetados a nível nacional se encontram bastante elevados e disse estar certo de que a autarquia irá continuar a implementar este tipo de apoios com razoabilidade,

equidade e, sobretudo, justiça. Deu nota que a autarquia procede neste momento à elaboração de um Regulamento Municipal de Apoio à Natalidade que permitirá atribuir apoios aos recém-nascidos e suas famílias. Sublinhou que podem ser endereçados através de email contributos para o referido regulamento, até amanhã, (sexta-feira). -----

António José Gonçalves usou da palavra começando por dizer que a acústica da sala não é a melhor, pelo que deverão todos fazer um esforço para se fazerem ouvir e endereçou votos de Boas Festas. Disse que este ano atípico não vai ser esquecido por vários fatores. Sublinhou que os que perderam os seus rendimentos no país e no concelho, foram os privados. Os funcionários públicos mantiveram todos os mesmos rendimentos e alguns, citando: "foram para casa para trabalhar menos, não é uma crítica é uma constatação. Hoje há serviços que só funcionam por marcação." Disse não vislumbrar nenhuma medida de apoio direta por parte do Município da Lousã em relação a este segmento da sociedade privada. Seguidamente, recordou o **Senhor Presidente da Câmara** que na última assembleia lhe perguntou se iriam ter enfeites de Natal, ao que lhe respondeu que não sabia. Entretanto, verificou que a Lousã começou a ser enfeitada, embora seja importante implementar alguma alegria, sublinhou que, no entanto, está-se a gastar, citando: "mais do dobro nos enfeites de Natal em relação ao ano passado". Relativamente às obras em curso disse que, citando: "já se vislumbra alguma luz ao fundo do túnel" embora não possa deixar de criticar o facto de que em algumas zonas deste concelho, onde as obras até já estão concluídas, os camiões, nomeadamente da ERSUC e de recolha de lixo, têm que subir o passeio para fazer o levantamento de detritos e reciclagem. Questionou também o **Senhor Presidente** sobre as obras do cineteatro e solicitou que respondesse com maior objetividade se a troca das janelas do Edifício da Câmara Municipal é para este mandato ou para o seguinte. Concluiu a sua intervenção lamentando o facto de não ter sido possível este ano realizar a Feira do Mel e da Castanha, contudo, nos tempos de hoje há alternativas e para assinalar o acontecimento poderiam ter feito um vídeo de promoção alusivo ao evento, contudo, citando: há "coisas que passam ao lado como a EN 2". -----

João Pereira usou da palavra começando por cumprimentar a todos os presentes. Seguidamente disse que a Câmara Municipal está a proceder a

obras de substituição no pavimento no lugar da Quinta e a substituição de tubagem de água, execuções que reconhece serem importantes para a freguesia de Serpins. Deu nota à assembleia que teve conhecimento esta semana que o Jardim de Infância de Serpins teve uma intervenção de substituição do telhado, entendendo que esta obra dignifica a Câmara Municipal e beneficia os Serpinenses. Concluiu a sua intervenção desejando a todos votos de Boas Festas e que o próximo ano seja muito melhor do que este.

Elsa Lopes interveio começando por cumprimentar a todos e endereçar, publicamente, os parabéns à Senhora Presidente da Junta de Freguesia das Gândaras pelas obras de melhorias executadas na sua freguesia. Em seguida perguntou ao **Senhor Presidente da Câmara** se existe possibilidade de limitar o estacionamento para cargas e descargas na Praça Sá Carneiro por se tratar de uma zona com muitas lojas comerciais que necessitam, diariamente, dos serviços transportadores. Sugeriu essa possibilidade junto ao jardim em virtude de, em outros locais, congestionar o trânsito. Concluiu endereçando votos de Boas Festas com saúde e em segurança.

Margarida Correia usou da palavra para destacar uma iniciativa da Câmara Municipal da Lousã, AESL – Associação Empresarial Serra da Lousã com o apoio da Autogarsilva e da Citroen referente ao Natal na Lousã. Este ano, e por forma a estimular o comércio local os estabelecimentos aderentes fornecem um talão de compra que habilita ao sorteio de um carro os munícipes que fizerem compras no comércio local. Apelou e sensibilizou a todos para aderirem a esta iniciativa dando nota que está em linha com o apoio a prestar à comunidade e estas ações têm como objetivo principal auxiliar o tecido comercial local. Afirmou que os comerciantes locais fazem um esforço enorme para cumprir com as exigências e regras de segurança pelo que devem ser recompensados.

Paulo Simões interveio para dizer que é com satisfação que hoje constata que a APIN – empresa intermunicipal e não privada como muitas pessoas dizem, e fazem passar a mensagem, a cada dia que passa está com outra dinâmica respondendo melhor e mais rápido às solicitações. Sabe-o por experiência própria, afirmou que tem esse privilégio, porque trabalha todos os dias com estas pessoas, embora não seja trabalhador da empresa, pelo que deveriam,



todos, valorizar mais o trabalho desenvolvido por estas pessoas que tudo fazem para a água chegar a casa de todos e o lixo ser recolhido. Sublinhou que, mesmo em tempo de pandemia, quando todos estavam fechados em casa em segurança, não só os funcionários públicos, muitos outros estavam em casa, eles andavam no exterior a trabalhar. A APIN, hoje está mais próxima dos municíipes quer através do recente balcão de atendimento criado na Lousã e, futuramente, em todos os restantes dez municípios, quer através de comunicados e avisos que emite para o exterior. Realçou que os movimentos que querem acabar com a APIN falam sem conhecimento de causa e queixam-se apenas do preço da água que até não está muito mais cara, a diferença de preço é uma falsa questão. Declarou que, não tem dúvidas nenhuma que este assunto será sempre para debater até às próximas eleições. Afirmou que a função fiscalizadora que todos exercem e que os fez decidir aderir à APIN, tem também o dever de dar tempo e defender o que decidiram em bom tempo.

Ana Paula Sancana usou da palavra começando por informar que não esteve presente na reunião de Conferencia de Representantes por motivos académicos, mas teve oportunidade de expressar ao **Senhor Presidente da Assembleia Municipal** a sua discordância com o local e hora escolhidos para a realização desta sessão. No entanto, dadas as condicionantes que estão a atravessar e com a imperiosa necessidade de estarem todos em casa antes das vinte e três horas entende o motivo pelo qual tiveram que começar mais cedo. Afirmou, contudo, que é inadmissível em pleno século XXI não darem alternativa às pessoas, como outros órgãos estão a fazer, de se poder fazer uma assembleia mista, contrariamente a isto, têm que estar reunidos sem direito de opção. Disse que a Câmara Municipal tem meios para o fazer e entende que, de futuro, independentemente da progressão da Covid-19 ou não, devia tomar-se essa situação em consideração. Seguidamente, perguntou ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, de que trata o projeto com a denominação "Vale do Xisto – Aldeia Tecnológica da Silveira", quem são os investidores e qual é a participação do município neste empreendimento.

Joel Fernandes interveio começando por dar nota publicamente, em nome do Grupo Municipal do PS, de um Voto de Pesar pelo falecimento de Eugénio



Simões Bernardo, cidadão lousanense, tipógrafo, bombeiro municipal e com grande dedicação ao associativismo, no Rancho Estrelinhas da Ponte do Areal e no Rancho Típico Serra da Lousã e ainda eleito nas listas da Assembleia de Freguesia da Lousã e Vilarinho. Seguidamente, destacou a satisfação pelo início da empreitada do projeto Sistema de Mobilidade do Metro Mondego. Em relação à Covid-19, confirmou que a pandemia afetou a todos e todos são responsáveis pela segurança e proteção de si próprio e dos outros. A concluir, saudou a presença de público, porque estão na casa da democracia, e é sempre positivo a assembleia municipal ter a participação de público concordando ou não com as exposições que fazem. Disse que o PS continua a apoiar a decisão de integrar o Município da Lousã numa empresa constituída apenas por capitais públicos, gerida pelos municípios, que não tem participações privadas e permite ganhar uma dimensão de escala ao nível de um serviço que poderá ter evolução e sustentabilidade futura, solução que todos concordaram que a anterior alternativa não era sustentável e que além de tudo, ainda, permite aceder em melhores condições aos fundos comunitários o que de outra forma não seria exequível.

Milton Serra depois de apresentar cumprimentos a todos, questionou o Executivo sobre as perspetivas que, no seu entendimento, tem para o lugar de Cova do Lobo que tem sido devotado ao abandono, no entanto, e com satisfação o afirmou que há pessoas que estão a regressar àquele lugar. Chamou a atenção para a necessidade de intervenção ao nível do pavimento e saneamento. Seguidamente, e sobre a Praça Sá Carneiro, disse que não são respeitados os sinais existentes e deu nota da falta de outros, nomeadamente, passadeiras. Por outro lado, embora nada tenha contra os animais, antes pelo contrário, porque também os tem, afirmou que não é seguro levar as crianças para o jardim da Praça Sá Carneiro, porque as pessoas circulam naquele espaço a passear os seus cães e não apanham os detritos, facto que considera falta de civismo. Concluiu desejando votos de Boas Festas a todos.

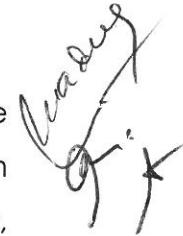
O Senhor Presidente da Mesa em Regime de Substituição deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** a fim de prestar as informações e esclarecimentos tidos por convenientes e oportunos neste período antes da Ordem do Dia.



O Senhor Presidente da Câmara começou por informar que a empreitada de construção do Centro de Recolha Animal já deveria estar pronta, mas existiram algumas vicissitudes que impediram a sua conclusão mais cedo e conforme o desejável. Sublinhou que este importante equipamento significa um investimento da autarquia superior a EUR: 132.000,00 (cento e trinta e dois mil euros) e resulta do projeto vencedor da edição do ano de dois mil e dezassete do Orçamento Participativo Municipal que contemplou uma verba no montante de EUR: 70.000,00 (setenta mil euros). Acrescentou que atendendo à importância desta infraestrutura e a alterações legais que criaram novas exigências, a autarquia reforçou a verba possibilitando assim a concretização deste objetivo, que será concretizado unicamente com fundos próprios do Orçamento Municipal. O contrato de apoio adicional para o último financiamento, no valor de cinquenta mil euros, foi recentemente assinado e irá permitir ter uma infraestrutura mais completa e com uma resposta melhor. Disse desconhecer as condições precárias relatadas mas vai dar instruções aos serviços que diligenciem algumas melhorias. Sobre a hora de realização da sessão da Assembleia Municipal embora a questão fosse dirigida à **Mesa**, não deixou de referir que já são poucas as assembleias que reúnem à noite, antes porém, realizam-se durante as horas normais. Não tendo que fazer a defesa da **Mesa**, até porque o **Senhor Presidente da Mesa em Regime de Substituição** já o referiu, disse que a Ordem de Trabalhos é extensa e está decretado o dever de recolher obrigatório às vinte e três horas, entendendo por isso haver razões para que tivesse sido definido este horário. Relativamente à iluminação de Natal, contrariamente ao que foi dito, esclareceu que não é verdadeira a afirmação, porque o ano passado gastaram-se EUR: 15 863,01 mais IVA, com o aluguer de material, EUR: 10 500,00, em montagens e aluguer de plataforma e EUR: 5 363,01 mais IVA. **O Senhor Presidente da Câmara** destacou que esta informação é do conhecimento do Grupo Municipal do PSD, visto a mesma lhes ter sido remetida em abril. No presente ano, o valor global do serviço é de EUR: 20 000,00 mais IVA, contratado à empresa Essencial Fantasy, de Vale de Cambra, ou seja, significa um aumento de EUR: 4 136,99,00 (20,6%), devidamente justificado pela maior abrangência geográfica da decoração, assim como pela maior dimensão do elemento principal desta decoração, a



árvore instalada junto ao Edifício dos Paços do Concelho. Para além do investimento efetuado na iluminação, este ano, foi também instalada sonorização de rua, contratada à empresa Som Ideal, da Lousã, que significou um investimento de EUR: 5 750.00 mais IVA. No âmbito da animação de natal, o **Senhor Presidente da Câmara** destacou ainda o apoio, no valor de EUR: 10 500,00 (dez mil e quinhentos euros), prestado à AESL-Associação Empresarial da Serra da Lousã, para a realização do Sorteio de Natal, cujo prémio é um automóvel. Estas medidas têm como objetivo auxiliar o tecido económico local e conferir algum espírito natalício a uma época que está a ser condicionado pela pandemia. Relativamente ao Cineteatro da Lousã informou que a obra está parada por necessidade de esclarecimentos adicionais dos projetistas quer pela Câmara Municipal, enquanto dona da obra, quer pelo empreiteiro, tendo sido contactada uma entidade privada para fazer a peritagem que já teve lugar, prevendo-se que a obra seja retomada nos próximos dias. Relativamente ao Edifício dos Paços do Concelho, informou que não está prevista nenhuma intervenção. Quanto à feira do Mel e da Castanha, informou que foi concertada entre a Câmara Municipal e a Cooperativa Lousāmel, enquanto entidade gestora de mel DOP da Serra da Lousã, tendo em conta o universo dos produtores e a falta de quantidade de produção de mel, pelas razões conhecidas de todos. O **Senhor Presidente da Câmara** disse que a Câmara Municipal disponibilizou-se, conjuntamente, com a Cooperativa Lousāmel e os apicultores para comprar o mel para promoção do território que o município faz, contudo, a esmagadora maioria dos apicultores informaram que tinham pouca quantidade e preferiam dar prioridade a pedidos que já tinham recebido, nomeadamente, aos clientes habituais. Afirmou que a Câmara Municipal está atenta e sensível a este evento e formulou votos para que no próximo ano seja possível retomar a feira nos moldes e exuberância que tem tido nestes anos. Relativamente à EN 2, disse que este concelho tem poucos quilómetros, situação incontornável, mas que esse facto não tem sido impedimento para as pessoas que continuam a fazer desvios nos seus itinerários para vir à Lousã. Registou com agrado os comentários que foram feitos relativamente às obras de intervenção nas freguesias das Gândaras e em Serpins o que prova que, contrariamente ao que alguns dizem, não é só na Sede do Concelho que se



fazem obras. Referindo-se à APIN, concordou com **Paulo Simões** quando disse que será um dos temas principais autárquicos até 2021. Concordou que é um tema sempre difícil, especialmente quando se cria em torno dele, distorção, desinformação e argumentos que não são válidos relativamente aos fundamentos da decisão. Recordou que a criação da empresa APIN foi aprovada nesta Assembleia Municipal sem votos contra, e, independentemente das forças políticas que estão em liderança de cada um dos outros municípios, foi, igualmente, aprovada por maioria. Apesar de tudo, afirmou ser normal pontos de vista diferentes, e que sejam utilizados alguns argumentos válidos, mas lamentável que de forma recorrente se utilizem considerandos que não têm fundamento com o objetivo de iludir e fazer passar uma mensagem distorcida para agradar ao "ouvido do cidadão". Ninguém gosta de pagar mais, mas o facto é que a água é um bem essencial e deve ser valorizado. Só se fala na fatura de água, mas são três serviços prestados: fornecimento de água, tratamento de saneamento e resíduos sólidos e urbanos e, comparativamente com os custos da energia, gás e comunicações, são incomparavelmente inferiores, mas como diz respeito a um serviço dos municípios, as pessoas interiorizaram que deve ser de borla, o que nunca foi nem poderá vir a ser. O projeto "Vale do Xisto" diz respeito à recuperação da aldeia da Silveira que foi comprada à ARCIL por um promotor privado. Terá o acompanhamento e a participação institucional da Câmara Municipal, e em tudo o que tem a ver, futuramente, com a infraestruturação pública. Trata-se de um projeto muito importante, de médio longo prazo, bastante robusto e ousado e terá um forte impacto para o futuro do concelho e região. Disse que é um projeto verdadeiramente valorizador, inovador e compaginado com as atuais e futuras temáticas. Sobre o lugar de Cova do Lobo, deu nota que é uma situação que já foi colocada por várias pessoas, nomeadamente, pelo **Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício**. Informou que é necessária uma infraestruturação de base, não apenas no pavimento e saneamento, mas, também, a renovação da rede de água. É uma situação que tem que ser articulada com a APIN e mobilização de meios, nomeadamente, fundos comunitários, para este fim. Disse que, recentemente, esteve no local e tem conhecimento desta situação. Relativamente à Praça Sá Carneiro disse não conhecer falta de sinal.

Contudo, tomou nota para solicitar aos serviços a verificação. Sobre os dejetos dos animais, disse que **Maria Conceição Loureiro** tem razão, os animais vadios vão sendo recolhidos pelos serviços da Câmara Municipal, mas os animais de estimação, causam bastantes problemas no espaço público porque os seus donos não têm os devidos cuidados para salvaguardar a sua saúde e dos outros, bem como a higiene dos espaços públicos por onde circulam. Apelou para que todos façam a consciencialização aos donos dos animais para que cumpram os procedimentos básicos. Por último, e relativamente aos apoios sociais para além da tarifa social da água, informou que existe, também, o apoio pontual de emergência social que já este ano, em função da pandemia foi reforçado para o dobro e serve para atender a situações de emergência e necessidades sociais devidamente comprovadas.

João Duarte interpelou para esclarecer ainda reportando-se a assunto anterior, que os custos com iluminação de Natal a que se referiu o PSD, na pessoa de **António José Gonçalves** foi com base na publicação feita pela autarquia no "portal base de dados Gov."

O Senhor Presidente respondeu que entendeu a interpretação dos números feitas pelo Grupo Municipal do PSD, em função da pesquisa feita no portal, mas espera que, após os esclarecimentos prestados tenha sido suficientemente clarificada a questão.

PONTO UM DA ORDEM DE TRABALHOS:

1 - Apreciação de uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal bem como da situação financeira, (doc. nº 3 – (três)).

Inscrições: Aires Ventura, Maria da Conceição Loureiro, João Duarte, Helena Correia e Marco Aurélio Sequeira.

Aires Ventura cumprimentou a todos e relativamente à informação da atividade municipal do mês de outubro: questionou se a consignação da Empreitada de Execução do Sistema Elevatório e Emissários de Serpins/Rodas e Casal de Ermio da responsabilidade da Águas do Centro Litoral não deveriam ser da responsabilidade da APIN. Deu nota que também tinha uma questão a colocar sobre as obras do cineteatro, mas já está esclarecido por anterior intervenção. Referiu ainda que continua a existir um procedimento pouco

Rui
g-
j-

claro e transparente na Divisão Financeira – Aprovisionamento porque foram realizados oitocentos e um ajustes diretos em regime simplificado com um único convite e trezentos e oito com convites a várias entidades. Em relação à Covid-19 perguntou ao **Senhor Presidente da Câmara** quais os meios é que a Câmara Municipal tem utilizado para dar informação objetiva aos lousanenses sobre a evolução da pandemia porque, no entendimento do BE como o Município da Lousã passou para uma situação de risco elevado, parece-lhe que não tem chegado informação suficiente, pelo que consta por alguns comentários que lhe têm chegado e que, ele próprio, também, não verifica para além do que é publicado nos órgãos de comunicação social qualquer informação adicional e relativa ao concelho.

Maria da Conceição Loureiro começou por afirmar que estão na casa da democracia e a Assembleia Municipal não deve ser instrumentalizada pelo Poder Local e as opiniões dos opositores dos governantes têm que ser ouvidas e respeitadas porque estão todos em prol de tornar a Lousã um concelho cada vez mais agradável e funcional para todos. Em relação a este ponto da ordem de trabalhos, reiterou a observação que tem vindo, recorrentemente, a colocar ao Executivo e que tem a ver com a forma como é prestada a informação da atividade municipal que no entendimento da CDU, deverá ser mais analítica no que respeita às questões e reuniões que sejam mais pertinentes e relevantes. Disse ficar na expectativa de que o **Senhor Presidente da Câmara** tome em devida nota esta solicitação que tem vindo a colocar recorrentemente. Assim sendo, e neste contexto afirmou que queria saber, oficialmente, do andamento das obras relativamente ao Sistema de Mobilidade do Mondego que foi assunto decorrente de uma reunião que teve com um grupo de trabalho na CIM-RC, uma vez que o assunto não tem desenvolvimento na referida informação. Disse que, depois do rol de toda a informação escrita onde não há só que dizer mal, aproveitando para felicitar o **Senhor Presidente** e restante Executivo por algumas requalificações de obras, mas e sobretudo, pela iluminação de Natal. No entendimento da CDU está extraordinária e veio, de certa forma, tornar mais animada a situação em que se vive face à pandemia e seus efeitos colaterais e só quem não anda na rua e não conversa com outras pessoas não percebe que este investimento deixa as pessoas um pouco mais contentes. Por outro lado, citando: "há mais



despesa? Temos pena. Também não houve o S. João e acho que o povo da Lousã merece este mimo." Em sua opinião, a Lousã está mais bonita e os arruamentos, pese embora estreitos em alguns espaços, tratando-se de um projeto a longo prazo, acredita que o centro acabará por ficar com uma boa área pedonal e os carros andarão em outros domínios e acredita que quem fez o projeto saberá o que está a fazer. Aproveitou o momento para chamar a atenção do muro em volta da Junta de Freguesia da Lousã e Vilarinho que, no seu entendimento, está descontextualizado e que chama muito a atenção pela negativa. Sugeriu que a situação seja contornada e que o muro seja aproveitado com a colocação de um azulejo alusivo à Lousã, por exemplo ou algo semelhante para uma interação mais apelativa. Relativamente aos museus que foram alvo de requalificação, referiu-se ao interface tecnológico que foi feito no Museu Etnográfico Louzan Henriques que está muito mais apelativo, sobretudo para as crianças e jovens que até têm mais vontade de lá ir porque vêm coisas que nunca antes lhes tinham chamado à atenção. Afirmou que foi uma solução muito bem pensada e se possível, deveria ser alargada aos outros museus para que os jovens começem a privar com estas soluções educativas e tornar a Lousã de todos. Felicitou ainda o Executivo Municipal pela atitude que tem tido face à pandemia da Covid-19 e em parceria com a DGS que tem desenvolvido um bom trabalho. Não obstante, reiterou as palavras de **Aires Ventura** em relação à informação prestada que por vezes é bastante dissipada e não lhe parece que esteja a funcionar em pleno.

João Duarte agradeceu ao **Senhor Presidente da Mesa em Regime de Substituição** a oportunidade concedida, anteriormente, para usar da palavra, e insistiu para que o **Senhor Presidente da Câmara** clarificasse o valor de EUR:10.500,00 (dez mil e quinhentos euros), pagos à empresa Essencial Fantasy, mas que, teoricamente, não foi esta empresa que vendeu o carro à Câmara Municipal, questionando em que medida é que esta beneficiou ou não deste valor pago pela autarquia. No entendimento do PSD, este esclarecimento será para bem de todos. Em seguida deixou os seguintes pedidos de esclarecimento ao **Senhor Presidente da Câmara** relativos à informação da atividade municipal: relativamente à reunião com a Senhora Ministra da Coesão, Ana Abrunhosa, sobre o Plano de revitalização do Pinhal Interior,

Anaduo
GJ

quais os benefícios para a Lousã neste plano; Sobre o projeto ForestWISE, do qual não tem conhecimento, do que se trata; perguntou se fez referência ao mau estado em que se encontram algumas zonas da serra, às casas dos guardas florestais que estão ao abandono e que algumas delas têm valor patrimonial, se falou das espécies invasoras da serra que já abrange uma grande área e se já existe algum plano do ICNF ou da própria Secretaria de Estado decorrente da reunião que teve com o Senhor Secretário de Estado da Conservação da Natureza, das Florestas e do Ordenamento do Território. -----

Helena Correia usou da palavra começando por endereçar votos de Boas Festas com um Santo, seguro e saudável Natal para todos e que o ano de 2021 devolva alguns projetos que ficaram adiados por força da situação em que se vive este ano de dois mil e vinte. Em seguida, referindo-se à Regeneração Urbana e Requalificação do Centro da Vila, afirmou que é inegável que a vila está mais bonita. Disse que não foram meses fáceis e que as obras privaram a maior parte das pessoas das diversas rotinas a que estavam habituadas, contudo, começam a perceber a lógica da intervenção, tal como disse **Maria da Conceição Loureiro** na sua intervenção e começam a usufruir dos espaços já intervencionados. A devolução do espaço urbano à Lousã é o caminho para que a vida na comunidade seja mais fácil e cada vez mais valorizado o convívio e usufruto do espaço ao ar livre quer seja rural ou urbano. Deu nota que é uma mais-valia para a Lousã e que há pormenores pontuais que vão sendo ajustados, um deles é a situação já mencionada em frente ao edifício da Junta de Freguesia. Reiterou a observação apresentada por **Milton Serra** relativamente ao lugar de Covo da Lobo, dizendo que é uma situação conhecida e assinalada quer pela Junta de Freguesia, quer pela Câmara Municipal e que, efetivamente, exige intervenção. Tinha, igualmente, a questão das obras do cineteatro para colocar, porque é a que suscita mais dúvidas e interesse por parte dos fregueses, neste momento, mas uma vez que já foi respondida está esclarecida sobre essa intervenção. Deu ainda conhecimento à assembleia da sua participação na Equipa para a Igualdade na Vida Local na Lousã. Deu nota que o trabalho que têm desenvolvido tem a ver, sobretudo, com a necessidade de transformar palavras em atos. Destacou duas iniciativas, a inauguração do mural com a Malala Yousafzai que veio regenerar um



pequeno edificado importante mas sem beleza e que, dada a sua localização, deu um impacto enorme nas pessoas e envolveu a comunidade escolar e a celebração do Dia da Memória Trans.

Marco Aurélio Sequeira usou da palavra para se referir ao desporto, enunciando os protocolos da Câmara Municipal estabelecidos com o Clube Académico das Gândaras, o Clube Desportivo Lousanense e o Rugby Clube da Lousã. Estes acordos significam um investimento de seis mil euros que têm como objetivo melhorar as instalações dos referidos equipamentos. Salientou que para além deste apoio, a autarquia apoia, anualmente, os clubes e associações do concelho com um valor superior a cento e quarenta e oito mil euros, no qual se inclui transporte para competições. Felicitou o Executivo pela distinção com o prémio de Excelência em Igualdade de Género que tem como objetivo distinguir e reconhecer o município pelas práticas, a nível interno e no âmbito do território, que promovem a territorialização, identificação e apropriação local, bem como o trabalho realizado pelos "Sete Dias pela Igualdade", reforçando a necessidade de se continuar a lutar pela igualdade. A concluir, questionou o **Senhor Presidente da Câmara** se existe evolução nas obras de requalificação da Escola Secundária da Lousã e reforçou a importância deste investimento, visto que assume um papel essencial para os jovens lousanenses e toda a comunidade educativa em várias vertentes.

O **Senhor Presidente da Câmara** em resposta às questões colocadas disse que a descrição geral do Projeto Vale do Xisto já enunciou em anterior intervenção, acrescentando que a Câmara Municipal não conhece em concreto a propriedade do promotor privado que fez o negócio com a ARCL. Relativamente à estrada Cerdeira – Silveira, no seu entendimento, este projeto poderá ajudar e é uma situação que tem vindo a ser, igualmente, verificada pela Câmara Municipal na perspetiva de outros benefícios que tem para além do projeto da Silveira. As intervenções que, finalmente, estão a ser executadas pelas Águas Centro Litoral nas Freguesias de Serpins e Foz de Arouce e Casal de Ermio, era uma reivindicação, desde há alguns anos que a Câmara Municipal vinha fazendo e tinham que ser executadas por esta entidade, porque tem a ver com a ligação ao sistema de tratamento em alta e à

*Lousã
G.
f.*

drenagem para Estações de Tratamento que são equipamentos geridos pelas Águas Centro Litoral. Relativamente aos ajustes diretos confirmou a preponderância evidenciada, cujo procedimento se deseja melhorar. Contudo, deve-se à perspetiva de beneficiar aquisições no concelho. Sobre a pandemia esclareceu que as pessoas escrevem nas redes sociais o que querem sem qualquer censura e razoabilidade. A informação que a Câmara Municipal presta à população é instantânea, e obtida, no momento, através dos registos e tratamento da Autoridade Local de Saúde, ou seja, apenas publica os números que lhe são fornecidos e a flutuação tem a ver com o facto de que em cada dia há pessoas curadas e outras infetadas. Trata os casos ativos e acumulados desde o início da pandemia até agora. É uma realidade dinâmica enquanto a avaliação do grau de risco dos municípios é feita a nível nacional, diz respeito à taxa de incidência por cem mil habitantes em catorze dias, ou seja, são análises e avaliações completamente distintas. Frisou que a Câmara Municipal não tem intervenção nos números e apelou, veementemente, a todos, enquanto autarcas, que ajudem a esclarecer as pessoas a não fazerem interpretações e imputações muito graves. Informou que a Câmara Municipal não publicou informação na última semana porque houve dificuldade no cruzamento de dados por parte da Autoridade de Saúde Local. Relativamente ao pedido para que o conteúdo da informação da atividade municipal seja mais analítica concordou que pode ser sempre melhorada, embora lhe pareça que esta, em relação a anteriores, venha com maior descrição dos assuntos. Sobre a mobilidade, disse que tem a ver com reivindicações do Município da Lousã e de outros municípios, nomeadamente mobilidade rodoviária, ligação ao IP3 e a alternativa à EN 17. Sobre os custos com iluminação de Natal e a não realização da Feira Anual de S. João e da Feira do Mel e da Castanha, entre outros e da poupança que estes eventos implicaram pelo facto de não terem sido concretizados, informou que o município já investiu de despesa nova, de novos investimentos, de despesa extraordinária relativamente à Covid-19 praticamente o triplo daquilo que pouparon na não realização destes eventos. Disponibilizou-se, se assim o entenderem, a fazer chegar à assembleia a listagem pormenorizada das despesas. Só em despesa nova que a pandemia gerou, o Município da Lousã tem cerca de EUR: 640.000.00 (seiscientos e quarenta mil euros) investidos ou

Mádrey
of.
of.

gastos, sem contar com subsídios extraordinários na área social, desporto e cultura. Sobre o muro no largo da Graça, junto ao edifício da Junta de Freguesia de Lousã e Vilarinho, informou que não está ainda concluído. O Museu Etnográfico Louzan Henriques é um exemplo do que a Câmara Municipal quer fazer nos outros museus para reforçar a atividade e torná-los mais apelativos e interativos. Relativamente à informação recolhida da Essencial Fantasy no portal da base.Gov, disse que é datada de dez de dezembro de dois mil e dezanove e o lapso de interpretação teve a ver com o facto da sua recente publicação. A verba é rigorosamente igual com o apoio prestado à AESL para o sorteio de Natal da viatura. Reiterou que para o ano de dois mil e vinte são EUR: 20.000.00 (vinte mil euros) mais IVA. Disse que o Plano de Revitalização do Pinhal Interior que é uma temática que já abordou várias vezes, desde há quatro anos a esta parte, nunca foi muito valorizada. É um plano que desde os incêndios de 2017 teve uma maior expressão e nestes últimos anos foi estando na ordem do dia, e neste momento, perspetiva-se uma gestão autonomizada no próximo ciclo de fundos comunitários, capacidade de decisão e uma dotação orçamental própria e que permita tratar as especificidades destes territórios de forma diferente em várias vertentes, na dimensão estrutural, especificidade florestal das várias dimensões, no que diz respeito à alteração da paisagem, espécies invasoras, melhor gestão e atratividade do espaço florestal, à exploração florestal nas diversas dimensões entre outras. Tudo aponta para que no próximo ciclo comunitário e através deste instrumento se possa atender a algumas das necessidades do concelho e da região. As casas de guarda, estão na posse administrativa do ICNF, informou que já foi manifestado interesse em algumas e prevê-se que agora possa existir uma definição estratégica e que se possa dar nova vida a estes espaços de forma a adaptá-los a funções que se considerem importantes no desenvolvimento destas regiões. A reunião com o Senhor Secretário de Estado da Conservação da Natureza, das Florestas e do Ordenamento do Território teve a ver com várias situações, desde programas de alterações de paisagens, questões florestais e conservação da natureza. Neste âmbito, a Câmara Municipal, também, está a desenvolver uma ação integrada de gestão da paisagem que procura atingir esse objetivo. No que respeita ao ForestWISE, informou que é um programa com vários parceiros

públicos, privados e empresas privadas com interesse na floresta e está a desenvolver algumas propostas de ação pelo país, onde integra, também, esta zona. Deu nota que em relação às necessidades de intervenção no lugar de Cova do Lobo, também a Junta de Freguesia de Lousã e Vilarinho tem reportado esta situação, nomeadamente nas reivindicações e nos contributos que apresentou para o orçamento do próximo ano. Disse que **Helena Correia** caracterizou muito bem o processo de Regeneração Urbana que é complexo a vários níveis, desde logo, por que causa transtorno às pessoas, especialmente aos comerciantes e habitantes mais envolvidos. Deu nota que vai ser necessário regulamentar o uso rodoviário, nomeadamente para cargas e descargas melhorando essa possibilidade mas com introdução de regras. A Regeneração Urbana fará ainda mais sentido, no futuro, quando forem concretizadas duas intervenções na zona central, a saber: Avenida Dr. José Cardoso, Escola EB1, Escola EB2, Escola Secundária e no interface Lousã, antigo apeadeiro – Estação, privilegiando o pedonal e o ciclável. Sobre as questões da Igualdade, salientou que a Câmara Municipal teve a honra de receber uma distinção que premiou as boas práticas do município, nas políticas públicas de promoção da igualdade. Deu realce ao Mural de Malala Yousafzai que é uma iniciativa de valorização de um espaço público ao qual se pretende dar continuidade à arte urbana, no próximo ano, na vila e em todo o Concelho da Lousã. Quanto às obras da Escola Secundária informou que tem havido evolução e, nos próximos dias, a Câmara Municipal irá lançar o concurso público para a realização desta obra.

João Duarte interpelou novamente, começando por agradecer ao **Senhor Presidente da Câmara** a explicação referente à confusão gerada pelos números da iluminação de Natal e declarou que iria acolher os esclarecimentos prestados, de bom grado, deixando a questão em aberto, solicitando, no entanto, que verificasse a questão dos EUR: 10.500.00 (dez mil e quinhentos euros).

O **Senhor Presidente** afirmou que nada mais tinha a acrescentar aos esclarecimentos que foram repetidamente prestados e para mais informações sugeriu que consultasse o Portal da base Gov.

PONTO DOIS DA ORDEM DE TRABALHOS:

Lusã
G
X

2 - Apreciação e votação da Autorização prévia para a assunção de encargos plurianuais – Empreitada de Requalificação da Escola Secundária da Lousã, doc. nº 4 (quatro);-----

Inscrições: Não houve.-----

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que se trata de questões processuais para lançamento do procedimento para a Empreitada de Requalificação da Escola Secundária da Lousã.-----

Colocada à votação a Autorização prévia para a assunção de encargos plurianuais – Empreitada de Requalificação da Escola Secundária da Lousã, foi aprovada por unanimidade com os votos favoráveis do PS, PSD, CDU e BE, quando estavam presentes na sala vinte e quatro elementos. -----

PONTO TRÊS DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

3 - Apreciação e votação da Autorização prévia para a assunção de encargos plurianuais – Empreitada de Reparações Rodoviárias em Arruamentos do Concelho, (doc. nº 5 (cinco));-----

Inscrições: Não houve.-----

Colocada à votação a Autorização prévia para a assunção de encargos plurianuais – Empreitada de Reparações Rodoviárias em Arruamentos do Concelho, foi aprovada por unanimidade com os votos favoráveis do PS, PSD, CDU e BE, quando estavam presentes na sala vinte e quatro elementos. -----

PONTO QUATRO DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

4 - Apreciação e votação da não-aceitação das transferências de competências em matéria de Educação no ano 2021, (doc. nº 6 (seis));-----

Inscrições: Não houve.-----

Colocada à votação a não-aceitação das transferências de competências em matéria de Educação no ano 2021, foi aprovada por unanimidade com os votos favoráveis do PS, PSD, CDU e BE, quando estavam presentes na sala vinte e quatro elementos. -----

**PONTO CINCO DA ORDEM DE TRABALHOS:**

5 - Apreciação e votação da não-aceitação das transferências de competências em matéria de Saúde no ano 2021, (doc. nº 7 (sete));-----

Inscrições: Não houve.-----

Colocada à votação a não-aceitação das transferências de competências em matéria de Saúde no ano 2021, foi aprovada por unanimidade com os votos favoráveis do PS, PSD, CDU e BE, quando estavam presentes na sala vinte e quatro elementos.-----

PONTO SEIS DA ORDEM DE TRABALHOS:

6 - Apreciação e votação da transferência de competências para os órgãos intermunicipais da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra no domínio da Ação Social, (doc. nº 8 (oito));-----

Inscrições: Não houve.-----

Colocada à votação a transferência de competências para os órgãos intermunicipais da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra no domínio da Ação Social, foi aprovada por unanimidade com os votos favoráveis do PS, PSD, CDU e BE, quando estavam presentes na sala vinte e quatro elementos.-----

PONTO SETE DA ORDEM DE TRABALHOS:

7 - Apreciação e votação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano 2021, (doc. nº 9 (nove));-----

Inscrições: Não houve.-----

Colocada à votação a Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano 2021, foi aprovada por unanimidade com os votos favoráveis do PS, PSD, CDU e BE, quando estavam presentes na sala vinte e quatro elementos.-----

PONTO OITO DA ORDEM DE TRABALHOS:

8 - Apreciação e votação da atribuição de apoio financeiro às freguesias do concelho, doc. nº 10 (dez));-----



Inscrições: João Duarte, Helena Correia.

João Duarte interveio para perguntar ao **Senhor Presidente** quais foram os requisitos ou aspetos mais relevantes para atribuição de valores diferenciados às Juntas de Freguesia e ainda, tendo em conta os valores alocados a cada freguesia, perguntou quais são as necessidades que os montantes distribuídos vão cobrir, nomeadamente, na sua aplicação.

Helena Correia usou da palavra começando por dizer que tem sido um ano difícil onde foram postas à prova as capacidades de trabalho e de resistência de todos. Realçou a colaboração e a capacidade das Juntas de Freguesia e a Câmara Municipal trabalharem em conjunto, durante este ano atípico, não só no combate à pandemia, com todos os constrangimentos, cumprimento de normas e restrições do conhecimento público, mas também conseguirem, ainda assim, concretizar algumas obras, dando como exemplo o muro no lugar de Prilhão, entre outras. Disse que nem tudo é bom e fácil e que cada um dos territórios das freguesias gostaria de ter mais e melhor investimento, contudo, no momento, o realce é a grande capacidade de união de esforços das diferentes autarquias para concretização de projetos para o bem comum.

O Senhor Presidente da Câmara interveio para dizer que estes valores estão em linha com os critérios que têm sido tidos em conta, relativamente à atribuição dos apoios concedidos às freguesias. Os acordos de execução e contratos interadministrativos com cada uma das freguesias evidenciam os valores diferentes para cada uma delas, têm objetivos diferentes em cada uma das freguesias, atendendo às suas especificidades e realidade existente. Recordou que a Freguesia de Lousã e Vilarinho não aceitou nenhuma das transferências de competências, no âmbito da descentralização para as freguesias e as restantes aceitaram algumas transferências e, mesmo entre elas, existem diferenças em função da realidade de cada uma. Os critérios são os mesmos e o valor destina-se a apoiar as respetivas atividades regulares constantes nos seus planos de atividades e acréscimos de custos relativos à pandemia.

Colocada à votação a atribuição de apoio financeiro às freguesias do concelho, foi aprovada por unanimidade com os votos favoráveis do PS, PSD e BE, quando estavam presentes na sala vinte e três elementos.

PONTO NOVE DA ORDEM DE TRABALHOS:

9 - Apreciação e votação das opções do plano e orçamento para o ano económico de 2021, (doc. nº 11 (onze));-----

Inscrições: Maria da Conceição Loureiro, Aires Ventura, Luís Martins, Joel Fernandes e Ana Paula Sançana.-----

Maria da Conceição Loureiro interveio e disse, citando: "tendo em conta que a atual situação da Covid-19 gerou maior despesa social, o orçamento vai no sentido de maior despesa e, apesar da obrigação do Poder Central cobrir parte das despesas dos portugueses, e vamos ter fundos comunitários para esse efeito, que são empréstimos para pagar mais tarde, entendo que o Poder Local incida o seu plano de ação para o próximo ano no domínio da despesa, uma vez que é uma situação já habitual, optar pelo bem-estar do cidadão, dos municíipes, e portanto a CDU está perfeitamente de acordo, até porque ... nós já vamos pagar os milhões que virão para cá que não é a fundo perdido mas que será um empréstimo, portanto acho que a vida do cidadão lousanense terá que ter qualidade e é de bom-tom que a Câmara Municipal invista na proteção do mesmo. Relativamente a este ponto da ordem de trabalhos queria questionar o seguinte: nomeadamente sobre o terceiro eixo estratégico que são as alterações climáticas o que é que o **Senhor Presidente** pretende fazer para que sejam cumpridas todos os critérios de seleção de estratégias e todos os projetos que tem em mente. Relativamente ao quarto eixo estratégico que é a resiliência... sabemos que é um ponto muito complicado, a adaptabilidade do cidadão se integrar em outras situações: é preciso sensibilização, é preciso, fundamentalmente, dinheiro e projetos. Nós queremos saber quais serão os projetos integrados neste quarto eixo estratégico." -----

Aires Ventura usou da palavra começando por dizer que algumas questões que pretendia abordar já foram respondidas no ponto número um da ordem de trabalhos pelo que pretendia agora perguntar o que está previsto na área do saneamento para o lugar da Gândara e Relvas do Freixo.-----

Luís Martins interveio começando por cumprimentar a todos os presentes e em seguida fez as observações relativas a este ponto da ordem de trabalhos dizendo que este Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de dois



mil e vinte e um, é extremamente desafiante e difícil, dado o contexto atual provocado pela crise mundial da pandemia conhecida de todos e gerada pelo coronavírus. Cabe à autarquia dar uma resposta robusta face às necessidades do concelho. Mantendo uma clara prioridade no investimento das pessoas, ainda que tendo consciência que a situação que se vive irá traduzir um aumento real de despesa, e uma efetiva redução na receita. Apesar de este grau de incerteza que todos enfrentam no dia-a-dia, o Executivo Municipal apresenta um orçamento centrado nas pessoas. Numa perspetiva de análise mais técnica do documento destacou: a formatação do documento de maior facilidade na sua leitura e análise. Depois, do lado da Receita prevista para o ano 2021, ascende a EUR: 17.655.255,00 (dezassete milhões seiscentos e cinquenta e cinco mil e duzentos e cinquenta e cinco euros), onde as receitas correntes ascendem a EUR: 12. 640.708,00 (doze milhões seiscentos e quarenta mil setecentos e oito euros). As rubricas de maior preponderância são como é usual em todos os orçamentos, as decorrentes dos Impostos Diretos, 19,14% do orçamento e as Transferências Correntes provenientes do Estado e outras entidades em 41,16% do orçamento que vem do Fundo de Equilíbrio Financeiro, Protocolo com a APIN e da participação variável do IRS. As Receitas de Capital que são destinadas a financiamento das Despesas de Capital são predominantemente compostas pelas Transferências de Capital, provenientes de Programas e Linhas de Apoio da Administração Central e da Comunidade Europeia que estão devidamente apresentadas e discriminadas nas páginas 17 e 18 deste orçamento e representam 16,70% do orçamento da Receita. Os Passivos Financeiros, receita que é proveniente de empréstimos ou outro tipo de obrigações que são reembolsáveis para fazer face aos investimentos realizados no município onde consta, por exemplo, o empréstimo concedido para a requalificação do Cineteatro, onde este é o valor mais expressivo. Seguidamente, fez a apresentação da análise do lado do Orçamento da Despesa: na Despesa Corrente, as principais são a despesa com o pessoal, aquisição de serviços, aquisição de bens e as transferências correntes para outras entidades públicas e privadas que o município tem que socorrer. São rubricas que, naturalmente, tem maior enfase, mas que tem o suporte para a gestão da autarquia principalmente nas suas funções sociais e económicas. Do lado das Despesas

Lusa
Joel

de Capital, destacou a aquisição de bens de investimento, são exemplos desta rubrica: o investimento no Cineteatro, como referiu anteriormente, e a reabilitação urbana que todos testemunham que está a decorrer, bem como a amortização de capital de contratos de locação financeira que a autarquia tem que pagar na execução da sua gestão. Evidenciou, também, que o orçamento apresentado detém uma dimensão plurianual de acordo com as normas de contabilidade da Administração Pública e que é um orçamento comum ao longo destes anos, que cumpre com as regras do equilíbrio orçamental. Nas Grandes Opções do Plano, no Plano Plurianual de Investimento e nas atividades mais relevantes, são definidas as linhas de desenvolvimento estratégico e este é um documento que tem um horizonte temporal plurianual de cinco anos e espelha as políticas com claro investimento nas pessoas. As funções sociais representam 64,79% das GOP, mais de seis milhões e meio de euros. Estão aqui elencados programas como: a cultura, com o investimento no Cineteatro, mas também nos museus e bibliotecas, o ensino superior onde está patente a intervenção nos estabelecimentos de ensino, com especial ênfase na Escola Secundária da Lousã, os serviços de auxiliar de ensino com os apoios aos transportes escolares, às refeições escolares, às atividades de animação e ao apoio à família, às transferências para as IPSS's e tantos outros projetos no âmbito de ação escolar e social que são fundamentais ao dia-a-dia de cada família lousanense. Ordenamento do Território, com destaque na conclusão de todas as intervenções nos arruamentos no âmbito do Plano de Ação de Regeneração Urbana, ação social, onde, por exemplo, o município assegura junto da APIN o financiamento da tarifa social, a agricultura/pecuária ou silvicultura onde consta o Plano de Gestão Integrado da Serra da Lousã. No Desporto, o fomento à prática e difusão de desporto, e ocupação dos tempos livres de todos os seus municíipes. Em conclusão, é um orçamento robusto, equilibrado, mas, sobretudo com caráter social e económico, centrado nas necessidades dos municíipes e do Município.

Joel Fernandes interveio para dizer que acima de tudo há uma coisa que este orçamento concretiza que é o compromisso que o Executivo Municipal e o PS apresentaram aos lousanenses. Recordou que no programa as pessoas estavam colocadas em primeiro lugar e o foco era o bem-estar dos



lousanenses e da qualidade de vida e este orçamento concretiza essa orientação, realçando o facto de 64,79% serem gastos com as pessoas. Sublinhou ainda o reforço por parte do Executivo Municipal da garantia de continuar a lutar por uma nova ligação rodoviária a Coimbra e por uma nova ligação ao IP3. São dois projetos estruturantes e importantes para o concelho e para a região.

Ana Paula Sançana começou por afirmar que os investimentos a realizar estão em linha com quatro eixos estratégicos, é o que está definido no orçamento. Coesão territorial e social, transição digital, ambiente, transição climática e resiliência. Disse que resiliência para si, não é um elemento estratégico, antes porém, resiliência é o que a população lousanense tem tido ao longo de mais de uma década sem comboio, ao longo de décadas com uma acessibilidade precária a Coimbra, pela Estrada da Beira. Num ano de grande imprevisibilidade, dificuldades e retração que conduzirá ao aumento do desemprego, que levarão famílias lousanenses para situações complexas. Disse que para o PSD seria o ano em que a autarquia que tem como bandeira o "cariz social" como foi dada ênfase nas funções sociais e no apoio às pessoas, pensava que seria dado um "*passo mais longo*". Referiu que ao longo de vários anos, o PSD tem batalhado com a questão dos impostos e o sentido de voto tem sido abstenção porque decidiram, anualmente, dar um benefício e esperar por resultados líquidos da autarquia que tem sido sempre negativo, mas, ainda assim, dizem que isso não reflete a "*saúde do município*". Se assim é, deveriam ser tomadas outras opções e, neste ano, mais do que todos os outros, deveriam inverter a carga fiscal sobre os lousanenses como sinal de solidariedade e manifestação de preocupação com as famílias. Afirmou que o PSD não pode concordar neste orçamento com o elevado peso que os impostos indiretos representam, impostos que se traduzem em 20% da receita total da autarquia. Perspetiva-se uma cobrança de três milhões trezentos e oitenta e um mil quinhentos e setenta e quatro euros, sendo que há uma perspetiva de aumento da receita, cerca de trezentos e cinquenta mil euros relativamente ao ano de dois mil e dezanove. Apresentou uma análise crítica e detalhada comparativa dos impostos de IMI, IRS e IMT dos anos de 2019 e 2020, concluindo que os lousanenses só em IMI e IRS vão contribuir com cerca de dois milhões e quinhentos mil euros, para este orçamento, e se a este valor

Lousã X
of J

for somado o IUC é atingido cerca de três milhões de euros. Questionou, por isso, para que serve o valor destas contribuições de impostos e se os lousanenses estarão satisfeitos com a aplicação dos mesmos. Perguntou se é este esforço financeiro por parte das famílias devidamente compensado, porque não bastando a carga fiscal imposta pelo município e pelo governo, não se pode esquecer um incremento adicional com a passagem de gestão do serviço das águas para a empresa APIN. Ao analisar os números em pormenor, o Grupo Municipal do PSD conclui que a receita fiscal nos últimos três anos tem vindo a aumentar cerca de 5%, que, no seu entendimento, é significativa e não corresponde aos aumentos salariais. Quanto às Grandes Opções do Plano, reconhece que existem alguns investimentos importantes, alguns de carácter plurianual, e de carência extrema como a requalificação da Escola Secundária da Lousã, já questionada pelo Grupo Municipal do PSD. Aproveitou o momento para saudar este facto que já deveria ter sido há mais tempo, porque a escola não tem as condições adequadas, acrescendo a isto, os tempos que se vivem. Quanto às intervenções na rede viária, pecam por tardias, porque as ruas da Lousã ou estão em obras ou com dificuldades de trânsito quer por existência de buracos ou por dificuldades de acesso. Questionou o **Senhor Presidente da Câmara**, uma vez que está inscrito em orçamento, o novo projeto para o Mercado Municipal, perguntando a razão deste novo projeto uma vez que já havia um anteriormente inscrito em orçamento. E, falando de investimentos, confirmou que é, claramente, positivo mas não podem esquecer que para além de ser uma função da Câmara Municipal executar obras e os municípios necessitam delas, há contribuição de impostos para o efeito, donde não entender tanta verbosidade na defesa desta matéria.

O **Senhor Presidente da Câmara**, em resposta disse que é normal haver divergências de opinião e todos os anos acontecem estas situações. No que diz respeito aos municípios, informou que os fundos comunitários são a fundo perdido. Agora, na perspetiva da designada "bazuca" há uma componente de empréstimo para as autarquias que ainda não está definida pelo Estado Português, mas que será a fundo perdido. Em relação à componente de autofinanciamento, informou que para além das receitas próprias das autarquias a fim de fazer face a exigências financeiras para os investimentos



tem que recorrer a empréstimos bancários, como por exemplo, o caso da requalificação do Cineteatro da Lousã. No que diz respeito às alterações climáticas, esclareceu que o facto de estarem incluídas no eixo estratégico, é um desígnio de carácter mundial e ninguém combate individualmente. À escala municipal, todos têm que dar contributos e, no caso do Município da Lousã, é no domínio florestal, na revitalização da Mata do Sobral, nas Linhas de água do Rio Ceira e outras e a questão da mobilidade sustentável tem por base privilegiar a não emissão de gases, alguns dos exemplos em desenvolvimento relativamente a esta temática. Uma das obras que está prevista executar no âmbito da APIN e com apoio dos fundos comunitários é na Gândara. No que respeita às Relvas do Freixo, disse que só verificando em pormenor a situação, uma vez que já há zonas que têm saneamento. Realçou a intervenção de **Luís Martins** pelas observações feitas às expressões percentuais e quantitativas de algumas rubricas do orçamento e GOP e pela evidência da expressão nas funções sociais que é superior ao peso dos impostos que já foram referidos. O valor da contribuição dos municíipes através dos seus impostos é mais do que duplicado do que está inscrito em orçamento, nas funções sociais, cultura e outras. Disse que se procurou com este orçamento dar com responsabilidade alguma estabilidade à incerteza que é o próximo ano e, simultaneamente, responder estruturalmente em termos de desenvolvimento estratégico e resposta às questões conjunturais da pandemia. Sobre a dissertação de **Ana Paula Sançana** disse apenas que são "opiniões", e que gostaria de ver o PSD a fazer o exercício simultâneo de diminuir a receita e aumentar a despesa e dizer que as obras são importantes, sendo um facto de que para isso é necessário haver dinheiro. Mais de 30% do investimento são para investimento estrutural, relativamente a obras infraestruturantes, no valor de mais de cinco milhões e seiscentos mil euros. Só de impostos, nomeadamente IMI, IRS, há dois milhões e quinhentos mil euros, no conjunto de imposto há cerca de três milhões de euros, mais cinco milhões e seiscentos mil euros de investimento capital para o próximo ano. Apresentou um conjunto de intervenções a este nível, nomeadamente: a Escola Secundária da Lousã, beneficiação do Jardim de Infância do Freixo, as bolsas para os estudantes do ensino superior, apoio à natalidade, uma nova unidade móvel para melhorar os cuidados de saúde de proximidade, uma nova viatura

para combate a incêndios rurais para os Bombeiros Municipais da Lousã, uma nova ambulância para os Bombeiros Voluntários de Serpins, a concretização do Ecocentro e do Centro de Recolha Oficial, a rede urbana ciclável da Lousã, requalificação das vias e permitir a melhor circulação, intervenções de ordem cultural e do desporto, entre outras, num valor em cerca de oitocentos mil euros. Questionou qual destes projetos é de menor importância para o PSD para se poder fazer o equilíbrio proposto. Sublinhou, ainda, as despesas com a Covid-19, porque a pandemia irá ter repercussões para o próximo ano, independentemente da vacina. Afirmou que os lousanenses têm entendido a distribuição correta que os orçamentos têm tido.

Ana Paula Sançana interpelou em defesa da sua honra para dizer que o **Senhor Presidente da Câmara**, hoje, está a fazer deturpação das suas análises, ou então, não foi suficientemente esclarecedora nas suas observações. Sublinhou que não disse que as obras não eram importantes e não existe falta de coerência, antes porém, afirmou que é o desígnio dos municípios fazerem obras e, como tal, não é necessário fazer um "floreado" tão grande por causa das obras. Deu como exemplo o facto de que como poderia dizer que as obras da Escola Secundária da Lousã, não são importantes quando já as questionou em várias assembleias. Num segundo esclarecimento sublinhou que o PSD não disse para não cobrarem impostos e para irem para as taxas mínimas em tudo. O **Senhor Presidente da Câmara** de forma sistemática tenta passar uma imagem de irresponsáveis ao PSD e isso não é correto, porque têm direito a divergências de opinião.

Maria da Conceição Loureiro disse que o **Senhor Presidente da Câmara** não respondeu na totalidade à questão que lhe colocou e referindo-se ao quarto eixo estratégico, e à "resiliência", não pessoal mas aquela que diz respeito à planificação de novas estratégias tendo em vista a adaptação das pessoas às novas situações e às adversas. A questão que levantou foi especificamente sobre projetos e como será feita a sensibilização aos municíipes e quais os projetos que estavam na linha de orientação desse eixo. Dado que foi a sua última intervenção, aproveitou o momento para endereçar a todos votos de Boas Festas em segurança.

Joel Fernandes interveio para dizer parecer estranho que na mesma assembleia onde aparece uma proposta com um aumento de encargos de



um milhão e duzentos mil euros, por outro lado, se advogue a diminuição da receita. Se se defende aumento de despesa tem que haver aumento de receita, caso contrário, é incomportável.

O **Senhor Presidente da Câmara** em resposta a **Maria Conceição Loureiro** disse que para além da “resiliência” de todos os lousanenses, a resiliência tem a ver com a dotação do concelho das melhores condições para responder às diferentes situações que vão surgindo numa perspetiva de futuro, por isso, e numa perspetiva infraestrutural e que tem a ver com investimento capital existem vários projetos que se pretendem concretizar para um concelho mais resiliente. Aproveitou ainda para agradecer às Juntas de Freguesia os contributos e às forças políticas que tiveram essa disponibilidade, nomeadamente o PSD, através do **Senhor Vereador Victor Carvalho** e, também, do BE, representado por **Aires Ventura**. Afirmou que não foi possível acolher a tudo, mas foram dadas algumas expressões apresentadas e que são do entendimento geral importantes para a resposta à comunidade em termos estruturais e conjunturais.

Colocada à votação as Opções do Plano e Orçamento para o ano económico de dois mil e vinte e um, foram aprovadas por maioria com 17 (dezassete) votos favoráveis do PS e CDU, 5 (cinco) votos contra do PSD, e 1 (uma) abstenção do BE, quando estavam presentes na sala vinte e três elementos.

PONTO DEZ DA ORDEM DE TRABALHOS:

10 - Apreciação e votação do mapa de pessoal dos serviços municipais para o ano 2021, (doc. nº 12 (doze));

Inscrições: Não houve.

Colocada à votação o mapa de pessoal dos serviços municipais para o ano 2021, foi aprovado por maioria com 17 (dezassete) votos favoráveis do PS e do BE e 5 (cinco) abstenções do PSD, quando estavam presentes na sala vinte e dois elementos.

PONTO ONZE DA ORDEM DE TRABALHOS:



11 - Apreciação e votação do Regulamento dos Cargos de Direção Intermédia de 3º grau do Município da Lousã, (doc. nº 13 (treze));-----

Inscrições: Não houve.-----

Colocada à votação o Regulamento dos Cargos de Direção Intermédia de 3º grau do Município da Lousã, foi aprovado por maioria com 17 (dezassete) votos favoráveis do PS e do BE e 5 (cinco) abstenções do PSD, quando estavam presentes na sala vinte e dois elementos.-----

PONTO DOZE DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

12 - Apreciação e votação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis a cobrar no ano 2021, (doc. nº 14 (catorze));-----

Inscrições: António José Gonçalves, Luís Martins, João Duarte e Joel Fernandes.

António José Gonçalves usou da palavra referindo-se ao IMI, deu nota que é um imposto cobrado pela Autoridade Tributária cuja receita reverte, integralmente, para os cofres do município. Em nome do Grupo Municipal do PSD, sugeriu a redução deste imposto para a taxa mínima porque, no seu entendimento, existem essas condições, e neste ano em particular, até para fazer face às consequências nefastas da pandemia. Disse que se prevê um encaixe de dois milhões de euros entre este imposto e do IRS, não sabendo exatamente os valores do encaixe com estes dois impostos se estivessem na taxa mínima, ainda assim, certamente seria muito importante para as famílias, especialmente para os "privados." Realçou que os privados perderam muita fonte de rendimento e, dado que são impostos que não se podem deixar de pagar e não viu tolerância da parte do governo central nesta matéria, razão pela qual o Grupo Municipal do PSD insiste no pedido para que o Executivo Municipal reduzisse a taxa máxima para a taxa mínima. Acrescentou que o município, citando: "*livrou-se de uma secção toxica, que era a secção de águas e a recolha de lixos. Todos nós sabemos que era uma atividade municipal que dava muito prejuízo, sabemos das roturas e dos milhões de euros de água que se compravam ... por outro lado, também temos a redução de recursos humanos e ninguém falou nisto ainda ... talvez que desta forma se pudesse abrir a porta à redução do IMI. Por outro lado, acho que tem*

que ter mais atenção a algumas obras, nomeadamente, estou a prever uma derrapagem nas obras do Cineteatro da Lousã, mas foi aqui dito, na Assembleia Municipal, quando isto foi votado, que se calhar era melhor demolir na totalidade e fazer um novo. Nós vamos ter, seguramente, uma derrapagem nas obras do Cineteatro." -----

Luís Martins tomou a palavra para se referir ao IMI realçando que é uma das principais e importantes receitas correntes que a autarquia tem ao seu dispor, nas suas receitas próprias para a execução do orçamento. Disse que a sua oscilação tem cenários que influenciam, de forma significativa, as receitas correntes como demonstra o Quadro anexo a este ponto. Reconheceu e sublinhou que o IMI não está na taxa máxima, porque se estivesse, haveria uma maior receita no valor de duzentos e sessenta mil euros. Paralelamente, se tivesse sido atribuída a taxa mínima, teriam uma menor receita no valor de quinhentos e vinte e um mil setecentos e um euros. Isto está elencado nos Quadros anexos. É por aqui, também, que se tem que "jogar" a execução do orçamento. Deu nota que, também, existem mecanismos de redução do imposto, nomeadamente, no apoio às famílias. Enunciou a redução de IMI consoante o número de dependentes de cada agregado familiar, sendo EUR: 20.00 (vinte euros) por um dependente, EUR: 40.00 (quarenta euros) por dois dependentes e EUR: 70.00 (setenta euros) por três ou mais dependentes, independentemente do valor patrimonial que o bem de primeira habitação é avaliado. Referiu ainda a isenção automática que os agregados familiares cujo valor patrimonial tributário não exceda os sessenta e seis mil e quinhentos euros e que o rendimento anual não ultrapasse os quinze mil duzentos e noventa e cinco euros do agregado familiar, querendo isto dizer, que as famílias mais desfavorecidas, automaticamente, estão excluídas do pagamento do IMI. Realçou, ainda, que o IMI incide sobre os proprietários, onde a legislação tenta beneficiar os utentes da primeira habitação, mas, também há proprietários que têm atividade comercial ou fiscal, onde o IMI é despesa dedutível em sede de IRS ou sede de IRC. Tudo isto tem que ser levado à consideração quando se elabora um orçamento e quando se propõem as taxas de IMI, concluiu dizendo que, citando: "para mim é o mais importante".-----



João Duarte interveio começando por dizer que o Grupo Municipal do PSD estranhou com tristeza a reação do **Senhor Presidente da Câmara**, porque sabe que o seu partido tem vindo a defender há vários anos a redução da taxa de IMI para os níveis mínimos, donde não ter entendido a sua reação às intervenções anteriores dos membros do partido, tanto mais que este ano, pelas razões anteriormente invocadas faria ainda mais sentido fazê-lo. Referiu que estão todos para prestar boas contas e estabelecer um diálogo organizado. Reiterou que a taxa mínima deveria ser aplicada para o ano de dois mil e vinte e um. Recorrendo a uma anterior intervenção onde foi afirmado que Receita e Despesa têm que estar equilibradas, respondeu que há quem tenha conservado o seu emprego durante toda a pandemia e houve pessoas que perderam o seu emprego e outras que têm vergonha de ir pedir ajuda, ou seja, há, neste momento, pessoas que estão a passar mal e necessitavam de um alívio fiscal.

Joel Fernandes começou por dizer que os intervenientes se estão a repetir nos argumentos porque é evidente que não se pode pedir diminuição das receitas e aumento de despesa que lhe parece evidente. Disse que gostariam que todas as pessoas que têm dificuldades tivessem à sua disposição ferramentas do governo central e autarquias para lhes oferecer, mas enquanto eleitos responsáveis são seus deveres criarem as condições para que isso aconteça, o que implica responsabilidade, medidas e políticas fiscais estruturadas e coerência no que estão a executar e, neste caso, o Grupo Municipal do PS e o Executivo Municipal, também estão a ser coerentes. Recordou que quando se candidataram nunca prometeram a descida da taxa do IMI e, por isso, não estão a cometer nenhuma incoerência com os princípios que defendem. Sublinhou que o IMI no Concelho da Lousã, assim como o IRS não estão na taxa máxima. Concluiu a sua intervenção sublinhando que todos quantos têm necessidades estão devidamente salvaguardados e garantidos os apoios sociais, não seria a redução da taxa de IMI a resolução para as suas situações ou dificuldades.

O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra começando por dizer que comprehende a exposição e que é normal pedir-se a diminuição de impostos, particularmente na situação presente, tem consciência que estão contra



corrente, em relação a outros municípios, mas, cada caso é um caso, e cada município procurará fazer o melhor que pode e sabe de acordo com os dados que tem. Relativamente a possíveis alterações fiscais, afirmou que se, eventualmente, fossem a pensar apenas nas eleições poderiam ter essa perspetiva, no entanto, realçou que não se candidataram dizendo a ninguém que iriam fazer baixa de impostos e entendem que a eventual alteração de política fiscal requer uma análise e estudo ponderado das diversas questões fiscais: IMI, IRS, DERRAMA e outros, não podendo ser analisado de forma isolada, antes porém, incorporando, também, as alterações decorrentes da gestão das águas, do saneamento e resíduos. Informou que no Executivo Municipal entre o PS e o PSD este assunto foi debatido e o **Senhor Vereador do PSD**, também apresentou esta mesma perspetiva e tem o mesmo entendimento do seu partido, o que é normal, mas o que foi dito e já está solicitado, é que seja feito um estudo por uma entidade externa, relativamente à verificação da possibilidade do município alterar o seu posicionamento fiscal e, em caso afirmativo, de que forma é que se pode concretizar, garantindo apenas uma premissa que consideram fundamental, a sustentabilidade financeira da autarquia O Executivo Municipal não quer tomar decisões que ponham em causa a estabilidade financeira da autarquia e o horizonte do ano de dois mil e vinte e um. Realçou as transferências do Estado para os municípios e comparou o Município da Lousã com outros menores e, por conseguinte, com menos necessidades. Há vários municípios a baixar a taxa de IMI, mas têm a taxa de IRS no máximo e alguns, também, não praticam o IMI familiar como o Município da Lousã. O volume de investimento que está a ser concretizado decorre com uma expressão significativa da aprovação de fundos comunitários para o qual é preciso ter sempre uma componente de autofinanciamento. O Executivo Municipal entende esta posição como mais realista, coerente e que mais contribui para a sustentabilidade financeira do município e pretendem garantir essa posição até ao limite. Disse que não se deve confundir ou misturar as questões conjunturais das estruturais como é a política fiscal. Esclareceu que o estudo foi solicitado e aguarda que durante o ano de dois mil e vinte e um, seja entregue e forneça as indicações que sejam adequadas e que possam ser ponderadas pelo município: Executivo e Assembleia Municipal. Realçou ainda,



conforme já foi dito anteriormente que o Município da Lousã não pratica as taxas máximas. No que diz respeito ao IMI, no ano de dois mil e catorze, desceu a taxa para 0,4%, onde se mantém, o que significou uma poupança de três milhões e cem mil euros, em seis anos, a favor dos proprietários no Concelho da Lousã.

Colocada à votação as taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis a cobrar no ano 2021, foram aprovadas por maioria com 16 (dezasseis) votos favoráveis do PS e 6 (seis) votos contra do PSD e BE, quando estavam presentes na sala vinte e dois elementos.

PONTO TREZE DA ORDEM DE TRABALHOS:

13 - Apreciação e votação da taxa de participação Variável no IRS a vigorar no ano 2021, (doc. nº 15 (quinze));

Inscrições: Luís Martins e António José Gonçalves.

Luís Martins tomou a palavra dizendo que a proposta de participação Variável no IRS é de 4%, sendo 1% desta participação considerada como dedução à coleta nos contribuintes/municípios do Concelho da Lousã. Desde dois mil e dezassete que o Município da Lousã abdica de 1% que a legislação permite, conforme deliberações, nesta Assembleia Municipal. Portanto, desde os últimos cinco anos, entre os cem mil e os cento e vinte e cinco mil euros anuais que é pougado aos contribuintes esta redução, ou seja, mais de quinhentos mil euros em Receita Corrente que não se pode menosprezar tendo em conta as necessidades e o equilíbrio orçamental da autarquia. Apresentou, como exemplo, uma análise pessoal e política com base na sua própria declaração de rendimentos do ano passado que rondou os vinte e sete mil e oitocentos euros, traduzindo-se na sua liquidação uma poupança familiar na ordem dos cinco euros e oitenta e sete céntimos que feitas as contas dá cerca de trinta euros de benefício fiscal. Afirmou não ter ênfase nesta receita, mas enfatizou os transportes escolares, refeições escolares e ocupações do ATL dos elementos do seu próprio agregado familiar. Disse que, provavelmente, será a posição que os municípios devem ter. O que é considerado para a autarquia, para a maioria dos agregados familiares não se traduz significativamente. Tendo em conta, também, que quanto maior é o rendimento familiar maior



será a poupança fiscal, quanto menor o rendimento familiar menor será a poupança fiscal.

António José Gonçalves interveio e disse, citando: "se este imposto viria trazer mais rendimento às famílias, o anterior daria poupança. Ainda em relação ao imposto anterior – IMI, devo dizer que houve nestes dois últimos anos valorização permanente de alguns imóveis. Estranho essa tal perca de três milhões de euros que o **Senhor Presidente** diz ter perdido e, uma vez que **Luis Martins** falou no seu caso particular, eu também vou falar no meu caso particular. O meu IMI tem subido todos os anos. Todos os anos pago mais IMI, provavelmente, algumas famílias também o pagam... se o primeiro viria dar poupança às famílias, este ir-lhes-ia dar um pouco mais de rendimento. Nós vamos votar contra porque achamos que a redução do IRS devia de prevalecer."

O **Senhor Presidente** em resposta afirmou, relativamente ao IRS, que no ano de dois mil e dezasseis, esta assembleia deliberou sob proposta do Executivo e com efeitos a partir do ano de dois mil e dezassete, fixar a taxa de 5% para 4%. O que significa que entre os anos de 2017 e 2021, com base na variação verificada, o município abdica de quinhentos e cinquenta e quatro mil euros de receita em favor dos cidadãos lousanenses que estão abrangidos pelo pagamento de IRS. Esclareceu que não afirmou que não havia avaliações, embora essa questão não diga respeito à Câmara Municipal, antes porém, disse que o município abdicou em função de não aplicar, porque, caso o fizesse teria mais quinhentos e vinte mil euros de receita ou mais duzentos e setenta mil euros, consoante a taxa a aplicar. Concluiu a sua intervenção esclarecendo que as pessoas em função de suas vicissitudes não têm condições de pagar os seus impostos, por quebra de rendimentos, em função da lei geral, já estão protegidas e contemplada a respetiva isenção.

Colocada à votação a taxa de participação Variável no IRS a vigorar no ano 2021 foi aprovada por maioria com 16 (dezasseis) votos favoráveis do PS e 6 (seis) votos contra do PSD e BE, quando estavam presentes na sala vinte e dois elementos.

PONTO CATORZE DA ORDEM DE TRABALHOS:

*Reunião
Or.
A.*

14 - Apreciação e votação do lançamento de uma derrama a cobrar no ano 2021, (doc. nº 16 (dezasseis));-----

Inscrições: Luís Martins.-----

Luís Martins tomou a palavra para dar nota que a proposta apresentada de aplicação de taxa de derrama reduzida para valores que não ultrapassem os cento e cinquenta mil euros, é um apoio direto às micro e pequenas empresas sediadas no Concelho da Lousã. Afirmou que dado o contexto socioeconómico que se atravessa, é importante manter este tipo de apoios. Para as empresas de faturação até trezentos mil euros de volume e que nos últimos dois anos criem e mantenham pelo menos, quatro postos de trabalho, a isenção da Derrama, também, é aplicada.-----

Colocado à votação o lançamento de uma derrama a cobrar no ano dois mil e vinte e um, foi aprovada por unanimidade, com os votos favoráveis do PS, PSD e BE, quando estavam presentes na sala vinte e um elementos.-----

PONTO QUINZE DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

15 - Apreciação e votação do Regulamento de atribuição de Benefícios Fiscais do Município da Lousã, (doc. nº 17 (dezassete));-----

Inscrições: Não houve.-----

Colocado à votação o Regulamento de atribuição de Benefícios Fiscais do Município da Lousã, foi aprovado por unanimidade com os votos favoráveis do PS, PSD e BE, quando estavam presentes na sala vinte e um elementos.-----

PONTO DEZASSEIS DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

16 - Apreciação e votação do Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento no Município da Lousã, (doc. nº 18 (dezoito));-----

Inscrições: Margarida Correia.-----

Margarida Correia tomou a palavra para se referir ao Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento no Município da Lousã. Disse que surge no âmbito das intervenções do município para a promoção do desenvolvimento do concelho. Vem definir e uniformizar os procedimentos respeitantes às zonas e pólos empresariais e estabelece as condições para a



atribuição dos incentivos. Destacou a preservação e reabilitação do património edificado e a melhoria do desempenho ambiental. O documento enuncia as modalidades e a cautela a um conjunto de situações, nomeadamente, a fiscalização por parte do município, ao nível do apoio à captação do emprego e do investimento e da fixação das empresas. Esta lógica aplica-se, igualmente, ao Regulamento de atribuição de Benefícios Fiscais do Município da Lousã, que faz parte de uma política integrada e por esse motivo, o Grupo Municipal do PS, vota favoravelmente.

Colocado à votação o Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento no Município da Lousã foi aprovado por unanimidade com os votos favoráveis do PS, PSD e BE, quando estavam presentes na sala vinte e dois elementos.

PONTO DEZASSETE DA ORDEM DE TRABALHOS:

17 - Apreciação e votação da alteração do Regulamento Municipal de Taxas e Compensações Urbanísticas, (doc. nº 19 (dezanove));

Inscrições: Não houve.

Colocada à votação a alteração do Regulamento Municipal de Taxas e Compensações Urbanísticas, foi aprovado por unanimidade com os votos favoráveis do PS, PSD e BE, quando estavam presentes na sala vinte e dois elementos.

PONTO DEZOITO DA ORDEM DE TRABALHOS:

18 - Apreciação e votação do Regulamento das Taxas e Preços Municipais, (doc. nº 20 (vinte));

Inscrições: Não houve.

Colocada à votação a alteração do Regulamento das Taxas Municipais, foi aprovado por unanimidade com os votos favoráveis do PS, PSD e BE, quando estavam presentes na sala vinte e dois elementos.

O Senhor Presidente da Mesa em Regime de Substituição colocou à aprovação da assembleia que todas as decisões sejam aprovadas em minuta, a fim de que as mesmas possam produzir efeitos imediatos, sendo aprovadas por unanimidade com os votos favoráveis do PS, PSD e BE quando estavam presentes na sala vinte e dois elementos.

O Senhor Presidente da Mesa em Regime de Substituição, antes de dar por encerrados os trabalhos, endereçou a todos votos de Boas Festas com o necessário e devido cumprimento de todas as restrições que são impostas pela Direção Geral de Saúde.

Nada mais havendo a tratar, **o Senhor Presidente da Mesa em Regime de Substituição**, depois de terem assinado todos as folhas de presenças, declarou encerrada a reunião, eram vinte horas e trinta minutos.

O Presidente da Mesa em Regime de Substituição,

Mário Alves Maduro

A 1^a Secretária,

Maria Aldina Martins

A 2^a Secretária,

Ana Filipa Marques